



A materialidade dos livros didáticos de Valdemar de Oliveira e a disciplina escolar História Natural/Biologia

*The materiality of Valdemar de Oliveira's textbooks
and the school subject Natural History/Biology*

*La materialidad de los libros didácticos de Valdemar
de Oliveira y la disciplina escolar Historia
Natural/Biología*

GILMAR BESERRA DE FARIAS ^a

Resumo

O objetivo deste trabalho foi o de compreender a materialidade dos livros didáticos de História Natural/Biologia de autoria de Valdemar de Oliveira publicados entre as décadas de 1930 e 1960. Por meio de uma pesquisa documental foram analisados prefácios, capas, folhas de rosto, sumários e introduções de nove livros didáticos, verificando as intenções reveladas pelo autor, as aplicações realizadas e as relações sociais envolvidas no contexto. Quatro situações emergiram e marcaram fortemente a trajetória da disciplina escolar História Natural/Biologia: 1) na década de 1930, houve uma influência dos movimentos da Escola Nova e da Rede de Sociabilidade de Valdemar de Oliveira para a manutenção e valorização da História Natural como disciplina escolar; 2) na década de 1940, a disciplina sofreu uma instabilidade com a mudança de seu nome e alterações na seleção dos conteúdos; 3) na década de 1950, a definição do currículo mínimo e a formação de Valdemar

^a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Centro Acadêmico de Vitória (CAV), Vitória de Santo Antão, PE, Brasil. Doutor em Educação, e-mail: gilmar.farias@ufpe.br

de Oliveira valorizaram os conteúdos de Higiene; 4) na década de 1960, com a LDB flexibilizando os conteúdos, a disciplina escolar Biologia foi tratada como História Natural, até ser suplantada pelo projeto estadunidense BSCS.

Palavras-chave: Livros Didáticos. História Natural. História da Disciplina Escolar.

Abstract

The objective of this work was to understand the materiality of the Natural History/Biology textbooks by Valdemar de Oliveira published between the 1930s and 1960s. Through documentary research, cover sheets, title pages, prefaces, summaries and introductions of nine textbooks were analyzed to verify the intentions revealed by the author, the applications produced and the social interactions involved in the context. Four situations emerged and strongly marked the trajectory of the Natural History/Biology school subject: 1) In the 1930s, there was an influence of the New School movement and the Sociability Network of Valdemar de Oliveira for the maintenance and valorization of Natural History as a school subject; 2) In the 1940s, instability marked the subject with the change of its name and adjustments in the selection of contents; 3) In the 1950s, the definition of the minimum curriculum and the expertise of Valdemar de Oliveira led to a valorization of the Hygiene content; 4) In the 1960s, the Guidelines of the Brazilian Education System Law (LDB) brought more flexibility to the contents, and the school subject Biology was named as Natural History until replaced by the American project BSCS.

Keywords: Textbooks. Natural History. School Subject History.

Resumen

El objetivo de este trabajo consistió en la comprensión acerca de la materialidad de los libros didáticos de Historia Natural/Biología de autoría de Valdemar de Oliveira publicados entre las décadas de 1930 y 1960. Por intermedio de una investigación documental, fueron analizadas tapas, portadas, prefacios, sumarios e introducciones de nueve libros didáticos, para la comprobación referente a las intenciones reveladas por el autor, además de las aplicaciones realizadas y las relaciones sociales involucradas en el contexto. Cuatro situaciones surgieron y marcaron enérgicamente la trayectoria de la disciplina escolar Historia Natural/Biología: 1) En la década de 1930, hubo una influencia de los movimientos respectivos a la Escola Nova y a la Rede de Sociabilidade de Valdemar de Oliveira para la manutención y valoración de la Historia Natural como disciplina escolar; 2) En la década de 1940, la disciplina sufrió una inestabilidad con la modificación de su nombre y alteraciones en la selección de los contenidos; 3) En la década de 1950, la definición del currículo mínimo y la capacitación de Valdemar de Oliveira valoraron los contenidos de Higiene; 4) En la década de 1960, con la maleabilidad respectiva a los contenidos, propuesta por la LDB, la disciplina escolar

Biología fue entendida como Historia Natural hasta el momento de ser suplantada por el proyecto estadounidense BSCS.

Palabras-clave: *Libros Didácticos. Historia Natural. Historia de la Disciplina Escolar.*

Introdução

No Brasil, nas primeiras décadas do século XX, não havia muitos autores nacionais escrevendo e publicando livros de História Natural para o ensino secundário. Nessa época, a maioria dos manuais escolares utilizados era de origem francesa (LORENZ, 1986) e, nesse contexto, o médico e professor pernambucano Valdemar de Oliveira se destacou entre os poucos autores nacionais a publicar suas obras.

Valdemar de Oliveira (1900-1975) se formou em Medicina (1923) e iniciou sua vida profissional trabalhando em clínicas, hospitais e escolas do Recife (PE). Também circulou em espaços artísticos, literários e científicos, atuando em teatro, escrevendo para jornais e lecionando nas principais instituições de capital pernambucana (OLIVEIRA, 1966). Ensinou Higiene na Faculdade de Medicina do Recife (1928), Ciências Físicas e Naturais na Escola Normal Oficial (1935), História Natural no Ginásio Pernambucano (1936) e Botânica na Faculdade de Filosofia de Pernambuco (1952).

Valdemar de Oliveira manteve contato com os mais destacados intelectuais de sua época, construindo afinidades políticas, institucionais e culturais por meio de cruzamentos de ambientes comuns, formando uma ampla estrutura de sociabilidade (*sensu* MARENDINO, 2009). Em 1923, por indicação de Amaury de Medeiros¹, amigo de infância e diretor do Departamento de Saúde e Assistência (DSA), ocupou cargos públicos sempre relacionados à Higiene, como Inspetor Sanitário e Médico Auxiliar do Serviço de Saneamento Rural. Nomeado pela Secretaria de Justiça e

¹ Amaury de Medeiros (1893-1927) foi um médico que chefiou o Departamento de Saúde e Assistência de Pernambuco entre os anos de 1923 e 1926, entendendo que a higiene estava relacionada à salubridade, saúde e educação. Empreendeu uma ampla reforma no sistema de saúde, com ações ligadas ao saneamento, arquitetura, urbanismo, habitação, educação, cultura e saúde (CORREIA, 2020).

Negócios Interiores, foi Chefe do Serviço Médico Escolar (1929), cargo criado a partir da reforma do ensino em Pernambuco sob influência da Escola Nova e proposta por Antônio Carneiro Leão (1928)².

Na atuação de Aníbal Bruno³ como Diretor Técnico de Educação, Valdemar de Oliveira participou da reforma do ensino de Pernambuco como Médico Inspetor de Educação Física (1931) e como professor de Pedometria e Higiene na Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico⁴ (1932).

Intelectuais do movimento da Escola Nova, como Antônio Carneiro Leão e Fernando Simões Barbosa⁵, apoiaram Valdemar de Oliveira na concepção de um livro de Higiene para atender às necessidades da Escola Normal Oficial de Pernambuco. Em 1928, lançou o seu primeiro livro didático: *Hygiene e Puericultura*. Em 1938, publicou no mercado local dois livros dedicados ao ciclo complementar do ensino secundário (*Biologia Geral*, para a 1ª série pré-jurídico, e *História Natural e Biologia Geral*, para a 2ª série pré-medicina). Em 1939, incentivado por Aníbal Bruno, apresentou o primeiro volume de sua coleção de *História Natural* para o ensino secundário, publicado e distribuído nas principais capitais do país. Nas décadas seguintes, continuou atualizando e publicando livros didáticos de Higiene e Puericultura,

² Antônio Carneiro Leão (1887-1960) foi um pernambucano que se dedicou a educação e ao movimento da Escola Nova. Exerceu o cargo de Diretor Geral da Instrução no Rio de Janeiro. Em Pernambuco, foi Secretário de Justiça, Educação e Interior, sugerindo e iniciando uma grande reforma do ensino e apresentada no documento a *Organização da Educação no Estado de Pernambuco* - Ato n. 1239 de 27 de dezembro de 1928 (CAVALCANTI, 1986).

³ Aníbal Bruno (1889-1976) se formou em Medicina e Direito. Foi Professor na Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Ginásio Pernambucano e Escola Normal Oficial, entre outras instituições de ensino. Exerceu o cargo de Diretor Técnico da Educação entre 1931 e 1937, completando a reforma do ensino em Pernambuco, iniciada por Antônio Carneiro Leão, e pautada nos ideais da Escola Nova.

⁴ A Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico foi criada em 1931 com o objetivo de preparar professores para as funções superiores de inspeção e administração escolar. A escola era dirigida pelo Diretor Técnico de Educação (Aníbal Bruno) e os seus professores nomeados em comissão (SELLARO, 2009).

⁵ Fernando Simões Barbosa (1881-1959) foi médico e professor da Faculdade de Medicina do Recife (1920) e da Escola Normal Oficial de Pernambuco. Exerceu o cargo de Diretor do Hospital Centenário e Diretor do Laboratório de Bacteriologia da Diretoria de Saúde Pública de Pernambuco. No prefácio do livro *Pontos de Hygiene* (OLIVEIRA, 1933), Fernando Simões fez referência a Escola Nova e enalteceu Valdemar de Oliveira como um dos primeiros docentes a se apoiar nessa filosofia de ensino, admitindo ser o livro adaptado ao sistema de projetos vindo de John Dewey.

Ciências Naturais, Ciências Físicas e Biológicas, História Natural, Biologia e Zoologia, contribuindo para a manutenção e estabilidade das disciplinas científicas no currículo escolar.

Os livros didáticos são produzidos por grupos sociais que desejam manter suas identidades, valores e tradições (CHOPPIN, 2004). Considerar os sujeitos e os grupos sociais que estão envolvidos na elaboração e circulação de ideias pautadas no currículo escolar pode contribuir para a compreensão da trajetória de uma disciplina escolar (GOODSON, 1997). Acatar o livro didático como um recurso portador de ideologia e estudar a sua materialidade pode identificar características das relações entre o autor e o Estado (BITTENCOURT, 2004; BITTENCOURT, 2017).

Assim, o objetivo deste trabalho foi o de compreender a materialidade dos livros didáticos de História Natural/Biologia de autoria de Valdemar de Oliveira publicados entre as décadas de 1930 e 1960. Essas informações poderão revelar importantes aspectos sobre a trajetória da disciplina escolar História Natural/Biologia no currículo escolar de Pernambuco para o período em questão.

Percurso teórico metodológico

Esta pesquisa documental encontra-se situada no campo do Currículo e da História das Disciplinas Escolares, principalmente ancorada nas discussões estabelecidas por Goodson (1995; 1997; 2013) e Chervel (1990). Assumindo a perspectiva das teorias críticas, Goodson (1995) compreende o currículo como um objeto cultural e político a partir do qual grupos hegemônicos, internos e externos à escola, disputam e legitimam ideias e valores. Para esse autor, as disciplinas escolares não são uma simplificação das ciências de referência, mas construções sócio-históricas resultantes de embates e disputas entre grupos sociais nos processos de seleção de conteúdos, métodos e objetivos de ensino.

Para Chervel (1990), a história de uma disciplina escolar só pode ser elaborada quando forem considerados todos os elementos que fazem parte da sua construção, como professores, diários de classe, alunos, cadernos, provas, programas de ensino, documentos oficiais e livros didáticos. Nessa perspectiva, o livro didático é um material que pode ser utilizado como fonte documental para a realização de pesquisas

(CHOPPIN, 2004), principalmente quando está relacionado ao processo de mudança curricular (BITTENCOURT, 2003).

Para contribuir na compreensão da trajetória da disciplina escolar História Natural/Biologia no ensino secundário de Pernambuco, foi realizada uma análise da materialidade em nove livros didáticos de História Natural de autoria de Valdemar de Oliveira. Os livros selecionados compõem quatro coleções produzidas entre 1939 e 1965, conforme observado no Quadro 1. Os livros foram identificados por um código alfanumérico, no qual a letra caracterizou cada coleção (A, B, C e D).

Para entender a materialidade do livro didático foi necessário considerar o contexto social no qual foi publicado, verificando o seu uso, ideias e valores (MUNAKATA, 2012; NOBRE, 2016). Segundo Carvalho (2005), levar em consideração as estratégias que põem os impressos em circulação implica contextualizar o objeto de análise.

Quadro 1 – Lista dos livros didáticos de História Natural/Biologia de autoria de Valdemar de Oliveira, publicados entre 1939 e 1965, e que foram analisados nesta pesquisa.

Código	Título	Cidade	Editora	Edição	Ano
A1	História Natural para a terceira série ginasial.	São Paulo	Companhia Editora Nacional	1ª	1939
A2	História Natural para a quarta série ginasial.	São Paulo	Companhia Editora Nacional	1ª	1940
A3	História Natural para a quinta série ginasial.	São Paulo	Companhia Editora Nacional	1ª	1941
B1	Biologia Elementar: 1º vol. 2ª Série do Curso Científico	Recife	Editores Livraria Universal	1ª	1943
B2	História Natural: mineralogia e geologia.	Recife	[s.n]	n/d	1947
C1	História Natural: segunda série	São Paulo	Editores do Brasil	1ª	1953
C2	História Natural: terceira série	São Paulo	Editores do Brasil	1ª	1955
D1	Biologia: curso colegial*	São Paulo	Editores do Brasil	1ª	1965
D2	Zoologia	São Paulo	Editores do Brasil	1ª	1965

Fonte: o autor.

* Obra escrita em co-autoria com o professor Janduhy Moreira Leite.

Considerando que os livros didáticos são compostos por inúmeros elementos constitutivos e produzidos a partir da contribuição de diversos profissionais

(CAVALCANTI, 2003), neste estudo foram analisados os prefácios, sumários e introduções dos livros didáticos, como propõe Choppin (2004). Também foi considerada a composição das capas dos livros por manter estreita relação com o seu significado estético e social (MORAES, 2010), assim como o das folhas de rosto, neste caso, também elementos produzidos pelas editoras. Ainda foi necessário considerar que as editoras estabeleciam estratégias regionais, utilizando o prestígio local das autorias dos professores (MOREIRA, 2016) e a influência estatal como limitadora e reguladora dos conteúdos dos livros didáticos (MATOS; SENNA, 2013).

A narrativa textual, imagética e a gráfica, trabalho realizado pelos profissionais da editoração, também foram considerados e contribuíram na apreensão da materialidade, além da, conforme Munukata (2012), a observação das relações sociais em que os livros estão implicados. Segundo Galvão e Batista (2008), para responder questões sobre materialidade e indícios sobre sua relação com as políticas educacionais é necessário recorrer a outros tipos de documentos. Assim, foram consultados arquivos da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Arquivo do Ginásio Pernambucano (AGP), Arquivo Histórico do Inep, Conselho Estadual de Educação (CEE) e Hemeroteca Digital Brasileira.

Os livros didáticos manifestam tendências metodológicas de uma época (LORENZ, 1986) e é um suporte dos conhecimentos escolares propostos pelos currículos, com o Estado como agente vinculado à sua produção (BITTENCOURT, 2004), estabelecendo leis e reformas da educação. Assim, para analisar a materialidade dos livros didáticos, as informações obtidas foram cruzadas com as principais reformas da educação para o ensino secundário entre as décadas de 1930 e 1960: Reforma Francisco Campos (BRASIL, 1931), Reforma Gustavo Capanema (BRASIL, 1942), Reforma Simões Filho (BRASIL, 1951) e Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (BRASIL, 1961).

A materialidade dos livros didáticos e a trajetória da disciplina escolar História Natural/Biologia

A História Natural e a influência da Escola Nova

Em 1931, a reforma Francisco Campos (Decreto nº 19.890) rompeu com as estruturas seculares do ensino secundário, tornando o currículo enciclopédico e estabelecendo seriação, frequência obrigatória, sistema de avaliação rígido e um caráter elitista (DALLABRIDA, 2009; ROMANELLI, 1998; SOUZA, 2009). Essa reforma instituiu um ensino dividido em dois ciclos: o fundamental (com cinco anos) e o complementar (dois anos). O plano de estudos perdeu o caráter humanista e apresentou ênfase nas Ciências Naturais (RIBEIRO, 2017). A disciplina História Natural ficou localizada na 3ª, 4ª e 5ª séries do ciclo fundamental.

Assumindo que essa reforma não atendeu às expectativas desejadas, o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, de 1932, defendia a escola pública como um aspecto importante para o desenvolvimento econômico e cultural do país, propondo a utilização de novos métodos científicos para solução dos problemas educacionais, combinando luta política com as ideias de John Dewey (ROMANELLI, 1998).

Na esteira da Escola Nova, participando diretamente da reforma da educação em Pernambuco, Valdemar de Oliveira escreveu e publicou sua primeira coleção de História Natural por meio da Companhia Editora Nacional (CEN)⁶. No início da década de 1930, a CEN lançou a *Biblioteca Pedagógica Brasileira*, uma coleção de livros de caráter nacionalista comprometida com as ideias da reforma da educação (MORAES, 2016), tornando-se o principal meio de divulgação dos métodos e técnicas de ensino (RIBEIRO 2017). Essa coleção era uma espécie de síntese das propostas preconizadas pelo grupo de educadores que pretendiam reformar o ensino brasileiro para preparar as elites e educar as classes populares (TOLEDO, 2001), constituindo um projeto editorial com livros em séries específicas.

⁶ A CEN foi fundada em São Paulo, em 1929. Na década de 1930, entre os vários projetos dessa companhia, a série *Livros Didáticos* pretendia renovar e consolidar o livro escolar no Brasil, contando com educadores e pensadores conservadores para responderem a essa demanda (PONTES, 1988).

Entre elas, a série *Livros Didáticos* tinha a rubrica do educador Fernando de Azevedo⁷, cujo nome surgia na folha de rosto de todas as obras como o organizador da série. A CEN adotou o aspecto renovador vinculando o nome de Fernando de Azevedo aos seus objetivos comerciais (MORAES, 2016), que assumiu a função de sugerir outros professores que pudessem escrever os melhores livros de todas as disciplinas do ensino secundário (PONTES, 1988).

Nessa conjuntura, surgiu a *Biblioteca Escolar Brasileira*, outro projeto da CEN para escrever uma coleção de livros para o ensino secundário, mas sob a direção do professor Aníbal Bruno, responsável por cooptar autores capazes de assegurar à coleção a importância e a tradição cultural de Pernambuco. Assim, em 1934, reconhecendo em Valdemar de Oliveira a grande capacidade como professor de ensino secundário, escritor de livros didáticos e adepto do movimento renovador da educação, Aníbal Bruno fez o convite em nome da CEN para que ele participasse desse novo projeto⁸. A coleção de História Natural escrita por Valdemar de Oliveira foi paulatinamente publicada entre 1939 e 1941. Na década de 1930, a CEN já disponibilizava no mercado nacional outras duas coleções para a mesma disciplina escolar: *Curso Elementar de História Natural*, de Cândido de Melo Leitão⁹, e *História Natural*, de Carlos Costa¹⁰, com os livros apresentando muita semelhança na proposta

⁷ Fernando de Azevedo (1894-1974) se formou em Direito e foi professor no Ginásio do Estado, em Belo Horizonte, e na Escola Normal, em São Paulo (1920-1930). Exerceu vários cargos administrativos, a maioria na esfera educacional, entre os quais podem ser destacados: Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal (1927-1930); Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo (1933); Diretor do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (1933-1938). Foi o responsável por redigir o manifesto *A reconstrução educacional do Brasil - Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (PILETTI, 1994). Em 1931, foi o fundador e diretor por quase 15 anos da *Biblioteca Pedagógica Brasileira* da Companhia Editora Nacional (CEN), utilizando esse espaço para a concretização do seu projeto educacional mais amplo (PONTES, 1988).

⁸ FUNDAJ - Arquivo de Valdemar de Oliveira - WO Cpp4 doc.68 a19g1 - Carta da Companhia Editora Nacional, filial do Recife, enviada para Valdemar de Oliveira em 16 de setembro de 1934 e assinada por Aníbal Bruno.

⁹ Cândido de Mello Leitão (1886-1948) se formou em medicina (1908) e desenvolveu as profissões de professor de História Natural na Escola Normal (Distrito Federal) e Diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro (1926-1935). Foi presidente da Associação Brasileira de Educação (1925 -1930) e participou da Comissão Nacional do Livro Didático na década de 1940 (DUARTE, 2010).

¹⁰ Carlos Costa (1877-1988) se formou em medicina e foi professor de História Natural e Química em estabelecimentos de ensino secundário de São Paulo. Na década de 1930, foi escritor de livros didáticos de História Natural pela Companhia Editora Nacional. Em 1943,

editorial e na formação de seus autores, todos médicos e professores de importantes instituições de ensino.

Os livros de História Natural escritos por Valdemar de Oliveira possuíam uma unidade editorial, apresentando três volumes com as mesmas características gráficas: *História Natural: para a terceira série ginasial* (1939), *História Natural: para a quarta série ginasial* (1940) e *História Natural: para a quinta série ginasial* (1941), constituindo uma coleção, contribuindo com a proposta de seriação estabelecida no texto da reforma Francisco Campos para o ensino secundário.

Os livros tinham capa dura revestida por uma lâmina de papel liso e impresso com as informações do volume. Em destaque, na parte superior, havia uma faixa verde com informações sobre a coleção e escrita em caixa alta: BIBLIOTECA ESCOLAR BRASILEIRA - SOB A DIREÇÃO DO PROF. ANÍBAL BRUNO, seguido do seu respectivo número. Essa informação corrobora com o argumento de Cavalcanti (2016) de que as editoras utilizavam estratégias regionais recorrendo ao prestígio local dos professores.

De acordo com Toledo (2010, p. 143), "o organizador da coleção funcionava como autoridade legitimadora da seleção empreendida [...], muitas vezes garantia o convencimento do público que a seleção era confiável". Nesse caso, o nome de Aníbal Bruno estampado na capa daria àquela coleção o prestígio necessário, pois ele ocupava o cargo de Diretor Técnico de Educação do Estado de Pernambuco (1930-1937) e adepto da Escola Nova.

A coleção apresentava capa sem ilustrações, com o nome do autor e o título da obra em tipografia desenhada, com letras maiores vazadas em branco sobre um fundo na cor ocre. Segundo Moraes (2016), esse recurso com letras desenhadas era comum nos livros da CEN na década de 1930 e servia para dar destaque aos títulos. Geralmente, a quarta capa apresentava uma lista com outras obras da editora. Esta informação reforça o argumento de Cavalcanti (2016) de que o *layout* concorre no processo de apropriação e representação das práticas culturais nas quais o livro estava inserido.

fundou a Editora do Brasil e continuou escrevendo e publicando livros didáticos de História Natural. Foi diretor presidente da Editora do Brasil entre 1959 e 1996 (BRAGHINI, 2012; RODRIGUES, 2018).

Na folha de rosto havia informações sobre a experiência didática do professor em instituições de ensino superior e secundário. Com esse tipo de exposição, Valdemar de Oliveira demonstrava todo o seu conhecimento pedagógico a partir das atividades docentes desenvolvidas em nove escolas de grande prestígio no Recife, conferindo credibilidade aos seus livros. No verso, ainda eram encontradas listas de livros do próprio escritor ou de outros autores pernambucanos pertencentes à BIBLIOTECA ESCOLAR BRASILEIRA, sob a direção do Prof. Aníbal Bruno.

A partir de 1930, à frente da Diretoria Técnica de Educação, Aníbal Bruno destacou-se por realizar a reforma de ensino proposta anteriormente por Antônio Carneiro Leão (ARAÚJO, 2002), "sensibilizando a sociedade para as questões educacionais, qualificando os professores e criando instituições, por meio das quais vivenciou de maneira efetiva os princípios da Escola Nova" (SELLARO, 2009, p. 216). Aníbal Bruno defendia que, para os conteúdos e métodos de ensino, a matéria não deveria aparecer isolada, mas algo como buscado pelo aluno para a realização de uma experiência por ele procurada (SELLARO, 2009). De acordo com Carvalho (2005), é necessário analisar se essa apropriação do discurso "escolanovista" por esses educadores não representava um deslocamento de perspectiva que afiançava seus projetos de intervenção escolar.

No início da próxima década, uma nova Lei Orgânica do Ensino Secundário fez alterações na estrutura e nos conteúdos escolares, desatualizando rapidamente os livros de História Natural de Valdemar de Oliveira.

Biologia ou História Natural?

Mais conhecida por reforma Gustavo Capanema, a Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-Lei 4.244/1942) surgiu no contexto do Estado Novo, propondo um currículo com o predomínio de disciplinas de humanidades (SOUZA, 2009; QUEIROZ; HOUSOME, 2018). Essa reforma reestruturou o ensino secundário em dois ciclos: ginásial, com quatro anos de duração, e o colegial, com três anos (nas modalidades clássico e científico). Para o ciclo científico, de acordo com o Artigo 15, a disciplina agora denominada Biologia deveria ser oferecida no 2º e 3º ano. Além de alterar o nome da disciplina escolar, a reforma anunciou mudanças nos seus

conteúdos: “No programa de Biologia de 1943, além da presença de conteúdos do Ramo Biológico, permaneceram a Botânica e Zoologia, houve a exclusão da Mineralogia e da Geologia e a inclusão da Higiene” (SANTOS, 2021, p. 85). Porém, antes da portaria ser publicada no Diário Oficial da União, houve uma sugestão do Ministro Gustavo Capanema ao Professor Cândido de Mello Leitão, responsável pela elaboração do programa da disciplina escolar Biologia, para introduzir uma ou duas unidades de Higiene para o curso secundário¹¹. Em carta, Mello-Leitão respondeu ao Ministro que não via inconveniente em incluir “no termo de cada curso, como síntese dos conhecimentos já adquiridos, uma unidade de Higiene, na qual deliberada e especialmente trate o professor dos principais problemas de saúde pública.”¹² Esse fato corrobora com a perspectiva de Goodson (1995), quando afirmou que a ação política também pode ser delineada por representantes profissionais da escola negociando as decisões. Segundo Munakata (2016), a constituição da disciplina escolar é um processo de conflitos, negociações e acomodações.

A partir desse novo programa de ensino, Valdemar de Oliveira lançou em 1943, por meio de uma gráfica local, o livro *Biologia Elementar: Biologia Geral e Botânica*. Apresentava capa dura revestida com papel pardo, expondo logo abaixo do nome do autor informações sobre os cargos que ocupava:

Professor da Faculdade de Medicina do Recife (docente), da Escola Normal Oficial de Pernambuco, do Colégio Padre Félix, do Colégio Osvaldo Cruz, do Colégio Joaquim Nabuco, do Ginásio Vera Cruz e da Escola Normal Pinto Júnior (OLIVEIRA, 1943, capa).

Este tipo de informação indicava que Valdemar de Oliveira acumulou experiência em outras instituições além daquelas já divulgadas na coleção anterior. O título *Biologia Elementar* apresentava-se em destaque, em caixa alta e não havia ilustrações na capa.

¹¹ Arquivo Gustavo Capanema - CPDOC - FGV (GC g 1943.03.01) - Carta do Ministro da Educação Gustavo Capanema para o Professor Cândido de Mello Leitão (1 de março de 1942).

¹² Arquivo Gustavo Capanema - CPDOC - FGV (GC g 1943.03.01) - Carta do Professor Cândido de Mello Leitão para o Ministro da Educação Gustavo Capanema (4 de março de 1942).

A folha de rosto seguiu um padrão com informações semelhantes a da capa, apenas incluindo que se tratava do 1º volume da coleção. No verso da folha de rosto foi apresentada uma lista com sete títulos de outras obras didáticas do próprio autor, incluindo *Biologia Elementar: Zoologia*, que seria o 2º volume dessa coleção, mas que nunca foi publicado. Existe a possibilidade do autor ter cancelado a publicação por conta da expedição dos novos conteúdos de ensino, como será apresentado a seguir.

Em 1946, houve novamente uma mudança na nomenclatura da disciplina escolar, alterando o nome de Biologia para História Natural, desatualizando outra vez o título de seu livro didático mais recente. Em seguida, a Portaria Ministerial nº 244 (BRASIL, 1946a) expediu os novos programas de História Natural do curso Colegial do ensino secundário, retirando completamente os conteúdos de Higiene. Ainda houve a publicação da Portaria nº 367 (BRASIL, 1946b) que apresentou as instruções metodológicas para a execução do programa de História Natural do curso secundário, estabelecendo especificidades para a área de Mineralogia e Geologia, Botânica, Zoologia e Biologia Geral. Para a Botânica, existia a recomendação de:

[...] limitar cada disciplina ao estritamente essencial, não comprimindo simplesmente o seu conteúdo, mas sim eliminando assuntos de valor secundário, como por exemplo, grande parte da terminologia sobre formas de folhas, caules, flores, frutos e bem assim muitas minúcias de morfologia (BRASIL, 1946b).

Essa recomendação restringia muito os conhecimentos botânicos determinados por Valdemar de Oliveira. Na sua proposta de ensino para o período em questão, havia um volume de conteúdos que se aproximava muito daquele estabelecido para o nível superior. Além de explorar minuciosamente conteúdos como morfologia, diagrama floral e inflorescência, por exemplo, o autor ainda tratava detalhadamente de 17 grupos de angiospermas. Essa informação corrobora com a ideia de Goodson (1995) sobre a trajetória de uma disciplina escolar, que se origina a partir de finalidades pedagógicas e ao longo do tempo assume um perfil mais acadêmico.

A Portaria nº 367 sugeriu que os conteúdos fossem trabalhados com atividades práticas, preferencialmente com material vivo e coletado pelo próprio aluno. Para a parte da Biologia Geral, a portaria sugeriu várias atividades que incluíam práticas de

Citologia e uma Genética mais aplicada. Entretanto, o livro *Biologia Elementar: Biologia Geral e Botânica* não apresentava essas atividades práticas sugeridas. A parte destinada à Genética também não dava conta do que estava estabelecido na respectiva portaria.

Nesse ambiente de reformas, em 1947, Valdemar atualizou mais uma vez o título de seu próximo livro, lançando *História Natural: Mineralogia e Geologia*. Produzido em uma gráfica local, apresentava um formato muito reduzido (18x12cm), lembrando os compêndios de História Natural do início do século XX. Com apenas 100 páginas, seguia exatamente o programa oficial publicado na Portaria Ministerial nº 244 e estava completamente isolado dos conteúdos de Zoologia, Botânica e Biologia Geral.

A obra deveria compor uma coleção completa para o ensino secundário, conforme as informações estabelecidas na sua apresentação. Entretanto, no início da década de 1950, esse conteúdo seria novamente revisado e voltaria a ser apresentado em um livro didático para a segunda série colegial juntamente com os conteúdos de Botânica.

Higiene como conteúdo da História Natural

Em 1951, ainda no mandato de Getúlio Vargas como presidente, foi empossado Simões Filho no Ministério da Educação. Nessa década, a ampliação do número de vagas para o ensino secundário apontava para a entrada de novos grupos de diferentes camadas sociais na escola, forçando uma nova organização do ensino (ROMANELLI, 1998). Simões Filho propôs uma revisão curricular do sistema de ensino, estabelecendo um roteiro mínimo e dando autonomia para cada estado construir uma parte diversificada. Segundo Ribeiro Júnior e Martins (2018), esse processo de reorganização curricular movimentou diferentes setores sociais interessados na seleção de conteúdos, organização didática e metodológica do ensino.

Essa reforma foi marcada pelo debate sobre as finalidades do ensino entre os defensores das escolas públicas laicas, das escolas confessionais e das outras escolas particulares, implicando na disputa pela manutenção de determinadas visões de mundo (RIBEIRO JÚNIOR; MARTINS, 2018). Dois atos legislativos consolidaram a reforma Simões Filho: a Portaria nº 966 (BRASIL, 1951), que aprovou os novos programas para as disciplinas do ensino secundário, estabelecendo aulas de História

Natural para a 3ª série do curso clássico e para a 2ª e 3ª séries do curso científico; e a portaria n.º 1.045 (BRASIL, 1952), que expediu os planos de desenvolvimento dos programas mínimos do ensino secundário.

Após a divulgação dos novos programas, Valdemar de Oliveira publicou *História Natural: segunda série* (1953) e *História Natural: terceira série* (1955). Esta coleção tinha a capa dura revestida por uma lâmina de papel na cor laranja e impresso com as informações do volume. Na parte superior, apresentava o nome do autor. No centro, dividido em duas linhas, destacava-se o título em caixa alta, com letras graúdas, brancas, vazadas e dispostas no interior de um retângulo azul escuro. Abaixo, subtítulo seguido do nome da editora. Segundo Moraes (2016), o título dos livros em letras vazadas (brancas) no interior de um retângulo colorido era uma atualização da linguagem e comunicação de modernidade para aquela época.

Na quarta capa, em sua parte inferior, existia uma barra azul evidenciando o nome: COLEÇÃO DIDÁTICA DO BRASIL - SÉRIE COLEGIAL, seguida do preço do livro. Na barra azul, à esquerda, havia um escudo redondo, com a marca da editora no centro e uma frase escrita em latim: PABULUM STUDII ATQUE DOCTRINAE - O alimento da aprendizagem é a doutrina. Essa expressão faz parte do livro *De senectute*, do filósofo romano Marco Túlio Cícero (114 a. C). Essa frase representava um tipo de conhecimento sofisticado, pois a escrita em latim poderia ser interpretada como símbolo de cultura e erudição ou como elemento acessório das classes dominantes (SANTOS SOBRINHO, 2014).

Na folha de rosto do volume para a segunda série, na parte superior, destacava-se: COLEÇÃO DIDÁTICA DO BRASIL - Série Colegial - Vol. 14, indicando que a obra fazia parte de um projeto editorial mais amplo de publicações pedagógicas daquela empresa e direcionadas para as escolas de ensino secundário. Considerando que a escola é influenciada por agentes extraescolares responsáveis por seu funcionamento, sendo determinante para a escolha dos valores a promover (ROMANELLI, 1998), a Editora do Brasil pode ser avaliada como um desses agentes.

Por meio da *Revista da Editora do Brasil S/A (EBSA)*, periódico lançado em 1947 e voltado para o ensino secundário¹³ (BRAGHINI, 2010), a empresa

¹³ AGP - Correspondências Recebidas - 1951 - Em 23 de agosto de 1951, a Editora do Brasil S/A enviou uma carta ao Ginásio Pernambucano, na época denominado Colégio Estadual de

manifestava os seus princípios escolhendo aquela posição que melhor representava a sua ideia de sociedade. Por exemplo, a revista se colocava abertamente a favor da escola particular, posicionando-se como anticomunista e partidária à intervenção do exército no governo (BRAGHINI; CAMESKI, 2015). Assim, os livros da Editora do Brasil como objeto do cotidiano escolar, segundo Choppin (2002, p. 14), seriam depositários de conteúdos que, antes de tudo, teriam a função de transmitir às jovens gerações os saberes e as habilidades necessárias à continuidade de uma sociedade, podendo ser, ao mesmo tempo, um instrumento ideológico, pedagógico e socializador.

Ainda na folha de rosto foi apresentada toda a experiência docente do autor: "Professor da Faculdade de Filosofia de Pernambuco (Botânica). Docente assistente da Faculdade de Medicina do Recife (Higiene). Assistente do Instituto de Educação de Pernambuco (Ciências Físicas e Naturais)." Mesmo com o seu contrato encerrado nessa última escola em setembro de 1952, Valdemar de Oliveira manteve a informação de que era professor do Instituto de Educação de Pernambuco (IEP)¹⁴, o que daria a necessária credibilidade ao seu livro no que se refere à questão pedagógica. Segundo Silva (2018), os autores da Editora do Brasil, entre os anos de 1930 e 1960, não eram licenciados, mas legitimados por meio de sua atuação nas disciplinas que ministravam em instituições de prestígio. Valdemar se encaixava nesse perfil.

No outro volume dessa coleção, *História Natural: terceira série - curso colegial*, na folha de rosto, havia uma atualização sobre a experiência do autor como docente do ensino superior: "Professor da Faculdade de Filosofia de Pernambuco (Botânica). Docente assistente da Faculdade de Medicina do Recife (Higiene). Catedrático da Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco (Higiene)." O destaque para a sua

Pernambuco, oferecendo gratuitamente vários serviços escolares, como: EBSA, suplementos da EBSA, registro de professores e de diplomas no Ministério da Educação, reconhecimento e legalização do estabelecimento de ensino, serviço de procurador nas repartições públicas, serviços de informações sobre todo os assuntos ligados ao ensino secundário, ao mesmo tempo que solicitava a preferência para a adoção das obras da COLEÇÃO DIDÁTICA DO BRASIL.

¹⁴ O Instituto de Educação de Pernambuco (IEP) foi criado em março de 1933 e tinha como objetivo formar técnicos para o magistério, em diferentes modalidades: Escola de Aperfeiçoamento, Escola Normal, Escola Rural, Escola Experimental, Escola de Educação Física, Escola Rural Modelo e Escola para Anormais (PERNAMBUCO, 1933).

experiência como professor da disciplina Higiene ficou bem evidente, parecendo uma estratégia para reforçar a sua especialidade na medicina, auxiliando na permanência desse conteúdo no currículo do ensino secundário na década de 1950. Esse fato reforçou a hipótese de Santos (2021) sobre a influência das ciências médicas para estabelecer a Higiene no currículo do ensino secundário.

Ainda na folha de rosto, havia a seguinte informação destacada no interior de um retângulo: De acordo com a Portaria n.º 1.045 de 14 de dezembro de 1951, demonstrando a preocupação em seguir o programa oficial, buscando coincidi-lo integralmente com o índice apresentado na página seguinte. Entretanto, esse rigor com os conteúdos mínimos estabelecidos fracassaria na década seguinte, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1961) que descentralizou e flexibilizou os currículos.

A defasada História Natural e a modernização da Biologia

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 (Lei 4.024/1961) estabeleceu a flexibilização e diversificação do currículo em um curso agora denominado ensino médio, com sete anos de duração e dividida em dois ciclos: ginásial (quatro anos) e colegial (três anos), indicando Ciências Físicas e Biológicas como disciplina obrigatória para a 1ª e 2ª séries do curso colegial (BRASIL, 1961).

Para a disciplina Ciências Físicas e Biológicas do ciclo colegial, em abril de 1962, o Conselho Federal de Educação (CFE) sugeriu que essa matéria poderia ser desdobrada em Física, Química e Biologia (MEC/CFE, 1962a). Em fevereiro de 1964, a Resolução n.º 6 do Conselho Estadual de Educação (CEE) estabeleceu a disciplina Biologia como disciplina obrigatória na 1ª, 2ª e 3ª série do curso colegial (PERNAMBUCO/CEE, 1964).

Nos Estudos Especiais do CFE (MEC/CFE, 1962b), documento denominado de "Amplitude e desenvolvimento das matérias obrigatórias", ficou assegurada a plena liberdade aos autores de livros didáticos. Dessa forma, com total autonomia, em 1965, Valdemar empreendeu um novo projeto para escrever livros didáticos e publicá-los

pela Editora do Brasil. A nova coleção seria composta por três livros: *Biologia*, *Zoologia* e *Botânica*¹⁵.

Biologia foi o primeiro livro dessa coleção e exibiu um novo formato gráfico, produzido com a capa dura na cor vermelha e ilustrada. A figura ocupava a maior parte da cobertura e representava um cruzamento de coelhos homocigotos. Na quarta capa também existia uma ilustração na mesma proporção representando um cruzamento de coelhos heterocigotos.

As ilustrações demonstravam uma diferença marcante entre os livros publicados anteriormente, atribuindo uma nova identidade gráfica e permitindo que fossem reconhecidos visualmente. Além disso, essas ilustrações de genética mendeliana pareciam sinalizar que a proposta da editora havia sido atualizada.

Na folha de rosto, na parte superior, destacava-se: Coleção Didática do Brasil - Série Colegial - Vol. 21, o que mantinha a coleção de Valdemar nos planos da editora. Em seguida, abaixo do nome dos autores, apareciam os cargos docentes em instituições de ensino superior: Valdemar de Oliveira - Da Faculdade de Filosofia e da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife e Janduhy Moreira Leite¹⁶ - Da Faculdade de Filosofia do Recife.

Causou estranheza o fato do nome do professor Janduhy Moreira Leite aparecer como autor apenas na folha de rosto, já que ele foi o responsável por escrever os capítulos sobre Reprodução e Genética, conforme a apresentação da coleção no livro *Biologia*.

Apresentação

Julgou, a Editora do Brasil S/A, de bom alvitre, desmembrar os dois volumes que, sob o título "História Natural", serviam ao Curso Colegial. Encarregou-nos de, por assim dizer, individualizar as partes referentes à Zoologia, à Botânica e à Biologia. Vem esta a lume, agora, com a colaboração do Prof. Janduhy Moreira Leite, nosso assistente da Faculdade de Filosofia do Recife, a quem couberam especialmente os capítulos sobre Reprodução e Genética.

¹⁵ O livro de Botânica foi escrito por Valdemar de Oliveira, mas não foi publicado. Junto com a coleção de documentos de posse da família, foi encontrado o manuscrito do livro *Botânica* (1968) como uma proposta na qual já havia sido enviada para a Editora do Brasil.

¹⁶ Janduhy Moreira Leite foi bacharel (1954) e licenciado (1955) em História Natural pela Universidade Católica de Pernambuco. Foi docente da Faculdade de Filosofia do Recife e sócio fundador da Sociedade Pernambucana de História Natural (PERNAMBUCO/CEE, 1972).

Como se verá, a preocupação dominante foi a síntese, sem o sacrifício do essencial à melhor compreensão dos fenômenos biológicos. Alunos e professores são rogados a sugerir acréscimos, exclusões ou modificações que julgarem indicados à maior eficiência do ensino, o que nos ajudará a corrigir, em nova edição, possíveis deficiências desta obra. V. O. (OLIVEIRA, 1965).

Ainda de acordo com a apresentação, parece ter sido uma decisão equivocada da editora a manutenção de uma coleção escolar elaborada sob a organização da História Natural, com a orientação de escrever um livro para cada ramo do conhecimento (Zoologia, Botânica e Biologia), contrariando a mudança em curso que se estabelecia naquele momento para as Ciências Biológicas.

Pautado na flexibilização da LDB de 1961, não havia programas de ensino obrigatórios para as disciplinas escolares, o que abriu espaço para a manutenção de propostas baseadas na organização da História Natural. Assim, em 1965, Valdemar de Oliveira lançou o livro *Zoologia*, o segundo da coleção.

Essa obra possuía as mesmas características de impressão do *Biologia*, inclusive com o mesmo tamanho, capa vermelha e ilustrações, sugerindo uma identidade gráfica dessas obras como uma coleção. Na parte superior da capa estava escrito o nome do autor e o título em destaque. Estampados na capa havia a figura de dois animais exóticos ao território brasileiro: búfalo-d'água e tigre, ambos do sudeste da Ásia. Na quarta capa, também havia duas ilustrações de animais exóticos: zebra (África central e sul) e dromedário (nordeste da África e oeste da Ásia). A presença exclusiva de animais exóticos no livro de zoologia estava associada, provavelmente, à tradição das adaptações dos compêndios estrangeiros de História Natural. Esses livros didáticos já estavam em desvantagem não somente do ponto de vista gráfico, pois eram semelhantes aos compêndios do início do século XX, mas também pela desatualização dos conteúdos e pela forma de apresentá-los na perspectiva da História Natural.

Na década de 1960, houve uma atualização das Ciências Biológicas que influenciou a organização dos currículos escolares, principalmente por conta dos avanços da Genética e da Teoria da Evolução (MARANDINO, SELLES; FERREIRA, 2009). Devido a essa mudança, muitos livros didáticos de Biologia acrescentaram novos conteúdos (ROQUETTE, 2011). Para o livro *Biologia* de

Valdemar de Oliveira, a inclusão de um capítulo de Genética não foi suficiente para alcançar o nível necessário de atualização para a disciplina escolar.

Em Pernambuco, em dezembro de 1964, Carlos Frederico do Rêgo Maciel¹⁷, conselheiro do CEE, escreveu sugestões para tornar mais prático e eficiente o ensino das Ciências nas escolas de grau médio. Entre várias sugestões, destacou-se uma em que se deveria estimular a realização de cursos de verão para professores semelhantes àqueles desenvolvidos pelo Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC).

Nesse contexto, foi fundado em 1965 o Centro de Ensino de Ciências do Nordeste (CECINE)¹⁸, instituição que ajudou a consolidar a disciplina escolar Biologia sob a influência do projeto estadunidense *Biological Sciences Curriculum Study* (BSCS)¹⁹. Esse projeto definiu conteúdos, propôs a metodologia científica como método de ensino, publicou livros didáticos (versão azul do BSCS) e treinou professores.

Segundo Queiroz e Housome (2018), esse modelo de ensino valorizava o trabalho do cientista, a observação dos fenômenos e a pesquisa de laboratório, estabelecendo uma necessidade de melhorar a estrutura física da escola e a formação pedagógica dos professores. Esse projeto foi tão influente em Pernambuco que, a partir de 1965, no Recife, alguns cursos preparatórios para o vestibular anunciavam nos jornais que as suas aulas estariam de acordo com o BSCS e com professores atualizados no CECINE. Segundo de Ferreira e Selles (2008, p. 43), no Brasil, o BSCS

¹⁷ Carlos Frederico Maciel (1926-1979) formou-se em Direito (Faculdade de Direito do Recife) e Filosofia (Faculdade de Filosofia de Pernambuco). Foi professor da Faculdade de Filosofia de Pernambuco e Diretor da Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais (1960-1970) do Centro de Pesquisa do INEP em Pernambuco. Foi membro do Conselho Estadual de Educação e representante do Ministério da Educação no Conselho deliberativo da SUDENE (CAVALCANTI, 1986).

¹⁸ O CECINE foi fundado em convênio com o então Ministério da Educação e Cultura (MEC), a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Fundação Ford, funcionando nas dependências da Universidade Federal de Pernambuco. Foi um dos seis centros de ensino de Ciências criados no Brasil que treinaram professores da educação básica, principalmente com metodologias de ensino e atividades experimentais.

¹⁹ "Cursos de férias no CECINE - O CECINE programou as seguintes atividades para julho próximo: 1. Curso de atualização em Biologia, com duração de um mês, para apresentar a versão azul do BSCS [...]" (Diário de Pernambuco, 13 de junho de 1965, p. 10).

tornou-se uma referência para os professores, "abandonando as tradições da História Natural".

Diante dessas informações, é possível afirmar que os conteúdos propostos por Valdemar de Oliveira em 1965 não estavam atualizados com a ciência de referência nem com as recentes mudanças curriculares, tornando a disciplina escolar Biologia defasada e amparada na História Natural.

Considerações finais

A análise da materialidade dos livros didáticos de Valdemar de Oliveira identificou quatro conjunturas que ajudaram a compreender a trajetória da disciplina escolar História Natural/Biologia em Pernambuco: 1) Na década de 1930, houve uma influência da reforma Francisco Campos, dos movimentos da Escola Nova e da Rede de Sociabilidade de Valdemar de Oliveira para a manutenção e valorização da História Natural como disciplina escolar no ensino secundário; 2) Na década de 1940, por conta da reforma Gustavo Capanema, a disciplina sofreu uma instabilidade com a mudança de seu nome e alterações na seleção dos conteúdos; 3) Na década de 1950, a definição do currículo mínimo e a formação de Valdemar de Oliveira valorizaram os conteúdos de Higiene; 4) Na década de 1960, com a LDB flexibilizando os conteúdos, a disciplina escolar foi tratada como História Natural nos livros didáticos até ser suplantada pela presença do BSCS na formação continuada dos professores do ensino secundário de Pernambuco.

A análise dos livros didáticos se mostrou adequada para auxiliar na compreensão da disciplina escolar História Natural/Biologia, elucidando parte de sua trajetória no ensino secundário de Pernambuco. Junto com as reformas da educação, os livros didáticos permitiram identificar as movimentações políticas e educacionais da época que justificaram alterações curriculares, como a seleção e organização de determinados conteúdos.

Valdemar de Oliveira como professor e escritor de livros didáticos foi um agente muito importante na História da Educação do Ensino Secundário de Pernambuco, mantendo a estabilidade dessa disciplina escolar na primeira metade do século XX até o seu processo de modernização na década de 1960.

Referências

- ARAÚJO, M. C. A. *A Escola Nova em Pernambuco: educação e modernidade*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002.
- BITTENCOURT, C. M. F. Disciplinas escolares: história e pesquisa. In: OLIVEIRA, M. A. T.; RANZI, S. M. F. *História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p. 09-38.
- BITTENCOURT, C. M. F. Autores e editores de compêndios e livros didáticos de leitura (1810-1910). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30. n. 3, p. 475-491, 2004.
- BITTENCOURT, C. M. F. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, C. M. F. *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2017. p. 69-90.
- BRAGHINI, K. M. Z. *A "Vanguarda Brasileira": a juventude no discurso da Revista da Editora do Brasil S/A (1961-1980)*. 354 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- BRAGHINI, K. M. Z. A Editora do Brasil S/A nos anos de 1960-1970: a consolidação de uma editora brasileira no mercado didático e o ensino de educação moral e cívica. *Rev. Bras. Hist. Educ.*, v. 12, n. 3 (30), p. 153-178, 2012.
- BRAGHINI, K. M. Z.; CAMESKI, A. S. "Estudantes democráticos": a atuação do movimento estudantil de "direita" nos anos 1960. *Educ. Soc.*, v. 36, n. 133, p. 945-962, 2015.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto 19.890 de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. *Diário Oficial da União*, 1 maio 1931.
- BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Portaria nº 244, de 25 de março de 1946. Programas de História Natural do curso colegial do Ensino Secundário. *Diário Oficial da União*, 26 mar. 1946a.
- BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Portaria nº 367, de 28 de maio de 1946. Expede instruções metodológicas para execução dos programas de história natural do curso secundário. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro (RJ), 1946b.
- BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Portaria nº 966, de 2 de outubro de 1951. Aprova programas para o curso secundário. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro (RJ), 1951.
- BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Portaria nº 1.045, de 14 de dezembro de 1951. Expede os planos de desenvolvimento dos programas mínimos de ensino secundário e respectivas instruções metodológicas. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro (RJ), 1952.
- BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 dez. 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial*, Brasília, 27 dez. 1961.
- CAVALCANTI, Z. M. C. *DEC: a biografia de uma instituição cinquentenária*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura/Departamento de Cultura, 1986.
- CAVALCANTI, E. Livro didático: produção, possibilidades e desafios para o ensino de História. *Revista História Hoje*, v. 5, n. 9, p. 262-284, 2016.

- CARVALHO, M. M. C. Pedagogia da Escola Nova e usos do impresso: itinerário de uma investigação. *Educação*, v. 30, n. 2, p. 87-104, 2005.
- CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 2, 177-229, 1990.
- CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, Brasil, v. 30, n. 3, p. 549-566, 2004.
- CORREIA, T. B. *Amaury de Medeiros e o Recife: arquitetura, cidade e higiene na década de 1920*. São Paulo: Intermeios, 2020.
- DALLABRIDA, N. A reforma Francisco Campo e a modernização nacionalizada do ensino secundário. *Educação*, v. 32, n. 2, p. 185-191, 2009.
- DUARTE, R. H. *A Biologia Militante o museu nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil - 1926-1945*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- FERREIRA, M. S.; SELLES, S. E. Entrelaçamentos históricos das Ciências Biológicas com a disciplina escolar Biologia: investigando a versão azul do 'BSCS'. In: PEREIRA, M. G.; AMORIM, A. C. R. *Ensino de Biologia: fios e desafios na construção de saberes*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008. p. 37-61.
- GALVÃO, A. M. O.; BATISTA, A. A. G. Manuais escolares e pesquisa em história. In: VEIGA, C. G.; FONSECA, T. N. L. *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 161- 188.
- GOODSON, I. F. *Currículo: Teoria e História*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GOODSON, I. F. *A construção social do currículo*. Lisboa: Educa, 1997.
- GOODSON, I. F. *As políticas de currículo e de escolarização: abordagens históricas*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- LORENZ, K. M. Os livros didáticos e o ensino de ciências na escola secundária brasileira no século XIX. *Ciência e Cultura*, v. 38, n. 3, p. 426-435, 1986.
- MARANDINO, M.; SELLES, S. E.; FERREIRA, M. S. *Ensino de Biologia: histórias e práticas em diferentes espaços educativos*. São Paulo: Cortez, 2009.
- MARENDINO, R. B. A psicologia e a formação de professores nas décadas de 1910 e 1920: particularidades históricas e campos de diálogo. *Revista Inter Ação*, v. 34, n. 2, p. 283-306, 2009.
- MATOS, J. S.; SENNA, A. K. Estado, editoras e ensino: o papel da política na produção, avaliação e distribuição dos livros didáticos de História no Brasil (1938-2012). *Revista História Hoje*, v. 2, n. 4, p. 312-240, 2013.
- MEC/CFE. Normas para o ensino médio. *Documenta 1*, mar., 1962a.
- MEC/CFE. Estudos Especiais: Amplitude e desenvolvimento das matérias obrigatórias. *Documenta 8*, out., 1962b.

MORAES, D. D. C. D. *Visualidade do livro didático no Brasil: o design de capas e sua renovação nas décadas de 1970 e 1980*. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, 2010.

MOREIRA, K. H. Os livros de História do Brasil para o Ensino secundário na Era Vargas: entre autores, didáticas e programas curriculares. *Cadernos de História da Educação*, v. 15, n. 2, p. 723-742, 2016.

MUNAKATA, K. O livro didático: alguns temas de pesquisa. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 12, n. 3(30), p. 179-197, 2012.

MUNAKATA, K. Livro didático como indício da Cultura Escolar. *Hist. Educ. [online]*, v. 20, n. 50, p.119-138, 2016.

NOBRE, F. N. Um olhar arqueológico sobre os livros didáticos: materialidade e conteúdo. *História em Revista*, v. 21/22, p. 126-142, 2016.

NUNES, C. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, 2000.

OLIVEIRA, V. *Pontos de Hygiene: sobre o programa da respectiva cadeira na Escola Normal de Pernambuco*. Recife: Imprensa Industrial, 1933.

OLIVEIRA, V. *História Natural para a quarta série ginásial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

OLIVEIRA, V. *Biologia Elementar: Biologia Geral e Botânica*. Recife: Oficina Gráficas do J. do Comercio, 1943.

OLIVEIRA, V. *Biologia*. 1. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1965.

OLIVEIRA, V. *Mundo Submerso*. Recife: Imprensa Oficial/Coleção Concórdia, 1966. 1v.

PERNAMBUCO. Decreto n. 182, de 25 de março de 1933. Recife: Imprensa Oficial, 1933

PERNAMBUCO/CEE. Resolução nº 6, de 27 de fevereiro de 1964. Arquivos, 2, dez., 1964.

PERNAMBUCO/CEE. Parecer nº 25/72. MEMS - aprovado na sessão plenária de 11.3.72, 1972. Arquivos, 34, p. 78, 1972.

PILETTI, N. Fernando de Azevedo. *Estudos Avançados*, v. 8, n. 22, p. 181-184, 1994.

PONTES, H. Retratos do Brasil: um Estudo dos Editores, das Editoras e das "Coleções Brasilianas", nas Décadas de 1930, 40 e 50. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, v. 26, p. 56-110, 1988.

QUEIROZ, M. N. A.; HOUSOME, Y. As disciplinas científicas do ensino básico na legislação educacional brasileira nos anos de 1960 e 1970. *Revista Ensaio*, v. 20, 2018.

RIBEIRO JUNIOR, H. C.; MARTINS, M. C. Reorganização do sistema de ensino em tempos democráticos: reforma curricular de 1951 e o ensino de História. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 18, p. 1-26, 2018.

RIBEIRO, F. Instruções metodológicas estatais e direções ao professor nos livros didáticos voltados ao ensino secundário (1930-1960). *Revista história, histórias*, v. 5, n. 10, 2017.

RODRIGUES, F. *Editora do Brasil: 75 anos*. São Paulo: Editora do Brasil, 2018.

ROMANELLI, O. *História da Educação no Brasil (1930-1973)*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

ROQUETTE, D. A. G. *Modernização e retórica evolucionista no currículo de Biologia: Investigando livros didáticos das décadas de 1960/70*. 79 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2011.

SANTOS, M. C. F. Ensino de História Natural e Biologia: reformas educacionais e programas da escola secundária (1920-1951). *Ensino & Multidisciplinaridade*, v. 7, n. 1, p. 78-90, 2021.

SANTOS SOBRINHO, J. A. O latim na literatura brasileira: enfeitar, impressionar, ridicularizar. *A Palo Seco: Escritos de Filosofia e Literatura*, v. 6, n. 6, p. 74-85, 2014.

SELLARO, L. R. A. *Educação e Modernidade em Pernambuco: inovações no ensino público (1929/1937)*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

SILVA, C. B. Era uma vez... uma editora, um livro: admissão ao ginásio, editora do Brasil (décadas de 1940 - 1960). *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 18, p. 1-25, 2018.

SOUZA, R. F. A renovação do currículo do ensino secundário no Brasil: as últimas batalhas pelo humanismo (1920-1960). *Currículo sem Fronteiras*, v. 9, n. 1, p. 72-90, 2009.

TOLEDO, M. R. A. *Coleção "Atualidades Pedagógicas": do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)*. 338 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

TOLEDO, M. R. A. A Companhia Editora Nacional e a política de editar coleções: entre a formação do leitor e o mercado de livros. In: BRAGANÇA, A.; ABREU, M. *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: UNESP, 2010.

RECEBIDO: 20/04/2022
APROVADO: 25/05/2022

RECEIVED: 04/20/2022
APPROVED: 05/25/2022

RECIBIDO: 20/04/2022
APROBADO: 25/05/2022